



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682476 - SP (2021/0233269-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : SANDRO DIAS MENDES
ADVOGADO : SANDRO DIAS MENDES - PR067154
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CHUBER JAIR GERTRUDES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CHUBER JAIR GERTRUDES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2158868-13.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante como incurso no art. 14 da Lei n. 10.829/2003, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a necessidade de flexibilização da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, diante do constrangimento ilegal que o paciente vem sofrendo, pois as circunstâncias da prática delituosa não são suficientes para respaldar a constrição cautelar.

Destaca que o acusado não tinha conhecimento que as munições estavam em sua mala de viagem, pois tais objetos seriam provenientes de sua antiga profissão de agente penitenciário.

Afirma que o decreto constritivo careceria de fundamentação idônea e concreta, estando ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que o paciente ostenta bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predcados que autorizariam a substituição da prisão por providências cautelares menos gravosas.

Entende que o crescimento acelerado da pandemia de COVID-19 justificaria o deferimento da liberdade provisória.

Pondera que seria possível o reconhecimento do princípio da insignificância.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia cautelar do paciente, com ou sem a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão ou arbitramento de fiança.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRADO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ESTELIONATO. INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 691/STF.

EXCESSO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos, pois o decisum apresenta fundamentação que deve ser entendida como válida para a negativa da liminar, uma vez ausentes os requisitos legais para sua concessão, não se evidenciando, na espécie, a plausibilidade jurídica do pedido.

2. Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal, impondo-se a aferição casuística da situação processual.

3. Não se manifesta claramente ilegal a prisão ocorrida em 21 de julho de 2020, pela imputada prática do delito de estelionato.

4. Não havendo manifesta ilegalidade apta a autorizar a mitigação da Súmula 691 do STF, o writ deve ser indeferido liminarmente.

5. Agravo regimental improvido.

(RCD no HC 629.087/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, especialmente porque o relator consignou que (fl. 33):

Está suficientemente demonstrado, neste momento de cognição sumária, o fummus comissi delicti, uma vez que o paciente foi preso em flagrante como incurso no artigo 14, caput, da Lei nº 10.826/2003, porque trazia em seu veículo 18 unidades de munição calibre .380 e 1 unidade de munição .40.

Analizados os argumentos expostos na impetração, não se vislumbra, de plano, os imprescindíveis fumus boni iuris e periculum in mora autorizadores de sua concessão.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência